

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. 13 3 00 108

Mensagem 21 (272 linhas)
From: jpcapo@ibm.net Tue Sep 10 12:56:30 1996
From: jpcapo@ibm.net
Date: Tue, 10 Sep 1996 15:54:50 GMT
X-Sender: jpcapo@pop03.ca.us.ibm.net
Content-Transfer-Encoding: quoted-printable
To: ana.toni@green2.greenpeace.org
Subject: Mata Atlantica ameacada
Cc: isadf@ax.apc.org, socioamb@ax.apc.org

From: Joao Paulo Capobianco - Instituto Socioambiental/Brazil

GOVERNO BRASILEIRO AMEACA CONSERVACAO
DA MATA ATLANTICA COM FALTA DE RECURSOS

A falta de criterios e de capacidade de planejamento da area ambiental governo FHC atinge seu apice. A proposta de renovacao de recursos para conservacao das florestas topicais brasileiras ignora a mais ameacada delas, a Mata Atlantica.

Nesta semana o Ministerio do Meio Ambiente apresenta aos representantes G7, em reuniao que ocorre em Bonn, Alemanha, sua proposta para negociac recursos do Programa Piloto para a Conservacao das Florestas Tropicais Brasileiras. Entre os projetos a serem apresentados, que somam US\$ 64 milhoes, nao ha nenhum na area da Mata Atlantica.

Nem mesmo a publicacao de estudos elaborados pelo INPE e SOS Mata Atlan indicando que no periodo de 1985 a 1990 o indice de desmatamento da Mat Atlantica foi proporcionalmente cerca de tres vezes superior ao verifico na Amazonia, foi argumento suficiente para introduzir na proposta recur para a sua conservacao.

Ao mesmo tempo em que deixa de negociar novos investimentos, o Governo Federal suspendeu o repasse de recursos para programas emergenciais ja aprovados. E o caso, por exemplo, da primeira fase do Programa de Recuperacao de Areas Degradadas da Mata Atlantica, que previa o investi de US\$ 6 milhoes na regio do Vale do Paraiba do Sul, lancado com grand repercussao na midia pelo proprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, dia 22 de marco, dia internacional da agua. Outros projetos como a implantacao dos Parques Nacionais da Serra do Bocaina (SP/RJ) e do Mont Pascoal (BA), alem de investimentos no uso sustentado de recursos natur na regio do Vale do Ribeira, tambem estao paralizados.

O Programa Piloto

O Programa Piloto de Protecao das Florestas Tropicais Brasileiras previ sua versao original o investimento de US\$ 1,6 bilhao, conforme anunciad durante a reuniao de c=Fapula dos paises membros do Grupo dos Sete= (Alemanha, Canada, Estados Unidos, Franca, Italia, Japao e Reino Unido), realizada Houston, em julho de 1990.=20

Negociado por uma comissao tri-partite, envolvendo o Governo Brasileiro Banco Mundial e a Comunidade Europeia, o Programa Piloto tem como meta

investir recursos em pesquisa; projetos demonstrativos de comunidades e ONGs; implementacao e gestao de unidades de conservacao; protecao e conservacao de areas indigenas; zoneamento ecologico-econ=F4mico, monitoramento e vigilancia; controle e fiscalizacao, manejo de recursos naturais, educacao ambiental e fortalecimento institucional de orgaos estaduais de meio ambiente.

Ate o momento foram efetivamente doados US\$ 165 milhoes. Sao valores be menores do que o oferecido originalmente (cerca de 10%), mas bem mais d qualquer outro programa financiado com recursos internacionais investiu conservacao da Amaz=F4nia e Mata Atlantica.

Na reuniao de Bonn estarao sendo avaliados os investimentos realizados momento e negociados novos projetos propostos pelo governo brasileiro, somam US\$ 64 milhoes. Entre eles nao ha qualquer projeto na area da Mat Atlantica

Mata Atlantica: a segunda floresta mais ameaçada do Planeta

Em 1990 um estudo elaborado pelo Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis, INPE - Instituto Nacional Pesquisas Espaciais e Fundacao SOS Mata Atlantica, demonstrou que resta apenas 95.641 km2 de Mata Atlantica em todo o Pais, o equivalente a 8,8 area original. A comprovacao da destruicao de mais de 90% conferiu a Ma Atlantica o indesejavel titulo de segunda floresta tropical mais ameaca do Planeta, so perdendo para as quase extintas florestas de Madagascar.

A partir de 1992, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais e a Fundac SOS Mata Atlantica passaram a divulgar os resultados de um segundo e ma detalhado estudo sobre os desmatamentos na Mata Atlantica em dez estado Rio Grande do Sul ao sul da Bahia, comparando imagens de satelite de 19 1990. Os numeros impressionaram pesquisadores, orgaos de governo e organizacoes nao governamentais e tiveram ampla repercussao na imprensa nacional e internacional. Segundo o citado estudo, em apenas 5 anos, fo eliminados mais de meio milhao de hectares de Mata Atlantica nesses est o equivalente a aproximadamente 400 campos de futebol de matas destruid por dia.

Segundo estes dados, caso se mantenha o atual ritmo de desmatamento (proporcionalmente 3 vezes superior ao verificado na Floresta Amazonica Mata Atlantica desaparecera completamente nos proximos 50 anos.

A importancia da Mata Atlantica=20

Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlantica possui uma importa social e ambiental enorme. Para aproximadamente 70% da populacao brasil que vive em seu dominio - nas cidades, nas comunidades caicaras e indig - ela regula o fluxo dos mananciais hidricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, alem d preservar um patrim=F4nio historico e cultural imenso.

Na Mata Atlantica nascem diversos rios que abastecem as cidades e metro brasileiras. Alem de milhares de pequenos cursos d'agua que afloram em remanescentes, sua regioao e cortada por rios grandes como o Parana, o T

o São Francisco, o Doce, o Paraíba do Sul, o Paranapanema e o Ribeira d Iguape, importantíssimos na agricultura, na pecuária e em todo o processo urbanização do país.

Sua extensão levou a formação de diferentes ambientes que incluem floresta de planície e de altitude, matas costeiras e de interior, ilhas oceânicas, restingas, manguezais, encaves e brejos interiores no Nordeste e cam de altitude. Esta grande diversificação ambiental proporcionou a Mata Atlântica uma enorme diversidade biológica.

Das cerca de 10.000 espécies de plantas, 50% são endêmicas, ou seja, não podem ser encontradas em nenhum outro local. O nível de endemismo cresce significativamente quando separamos as espécies da flora em grupos, atingindo 53,5% para espécies arbóreas, 64% para as palmeiras e 74,4% as bromélias.=20

A diversidade da fauna também impressiona: 130 espécies de mamíferos, 5 delas endêmicas; 23 espécies de marsupiais; 57 espécies de roedores; 16 espécies de aves endêmicas; 183 espécies de anfíbios, 91,8% delas endêmicas; 143 espécies de répteis e 21 espécies e subespécies de primatas endêmicas. Apesar desta grande biodiversidade, a situação é extremamente grave, pois das 202 espécies animais ameaçadas de extinção no Brasil (IBAMA, Portaria 1.522 de 19/12/89) 171 são da Mata Atlântica.

Cronologia da luta em defesa da Mata Atlântica

1987 - É lançada pela SOS Mata Atlântica a campanha de opinião pública "ESTÃO TIRANDO O VERDE DE NOSSA TERRA", veiculada intensamente pela mídia eletrônica e impressa de todo o país, iniciando forte e crescente pressão sobre órgãos governamentais por ações concretas de conservação;

1988 - Primeira vitória: Constituição Federal declara a Mata Atlântica patrimônio nacional;

1989 - Segunda vitória: oito estados da federação definem normas constitucionais específicas de proteção à Mata Atlântica (BA, MG, PB, PR, RN, SC, SE e SP);

1990 - Concluído o primeiro mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica com suas localizações e dimensões, realizado através de imagens de satélite na escala 1:1.000.000, pela SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Ibama.

1990 - Realizado o "Workshop Mata Atlântica", reunindo mais de 40 pesquisadores, técnicos de governo e ambientalistas, onde é definida a abrangência da Mata Atlântica e estabelecimento de prioridades para conservação;

1990 - Terceira vitória: presidente em exercício Itamar Franco assina o Decreto 99.547, que veda o corte e a exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica;

1991 - UNESCO aprova a primeira fase da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (PR, SP e RJ);

1991 - Convênio entre SOS Mata Atlântica e INPE inicia novo mapeamento Mata Atlântica através de imagens de satélite em escala 1.250.000, com avaliação da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no período 1985-90;

1991 - UNESCO aprova a segunda fase da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (ES e MG);

1991 - Conama inicia as discussões com vistas a aprimorar o Decreto 99, preparar um anteprojeto de lei para a Mata Atlântica;

1992 - SOS e INPE impressionam a opinião pública nas vésperas da Rio-92
a divulgação dos dados de desmatamento para o Estado do Rio de Janeiro: no período 85-90 foram eliminados 30.579 ha de Mata Atlântica, o equivalente a um campo de futebol por hora, vinte e quatro horas por dia, durante cinco anos;

1992 - UNESCO aprova a terceira fase da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (SP, BA, SC, RS, CE, RN, PB, PE, AL e SE);

1992 - Quarta vitória: Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprova o conceito de abrangência do Domínio da Mata Atlântica conforme proposto pelo "Workshop Mata Atlântica", estende a proteção a vegetação em regeneração e estabelece as bases para uma proposta de aprimoramento do Decreto no 99 e para um anteprojeto de lei específico;

1992 - Rio-92: divulgação do processo de destruição da Mata Atlântica provoca intensos e acalorados debates no Fórum Global. É criada a Rede de ONGs da Mata Atlântica;

1992 - São apresentados os dados de desmatamento para o Estado de São Paulo no período 85-90 o estado eliminou 61.720, o dobro do Rio de Janeiro;

1992 - Deputado Fábio Feldmann apresenta na Câmara o Projeto de Lei no 3.285, sobre a Mata Atlântica, de acordo com os princípios definidos pelo Conama;

1992 - São apresentados os dados de desmatamento para os estados de ES (19.212 ha), Paraná (144.240 ha) e Santa Catarina (99.412 ha);

1993 - Quinta vitória: presidente Itamar Franco assina Decreto 750 (que substitui o 99.547), nos termos aprovados previamente pelo Conama, estabelecendo normas e diretrizes detalhadas para a conservação da Mata Atlântica;

1993 - Conama cria Câmara Técnica Temporária da Mata Atlântica para regulamentar o Decreto no 750 em todos os estados abrangidos;

1993 - Decreto no 750 viabiliza a primeira de uma série de vitórias contra os degradadores da Mata Atlântica: é embargado administrativamente e judicialmente o mega projeto florestal da empresa Veracruz, do Grupo Odebrecht, em implantação no sul da Bahia;

1993 - São apresentados a opinião pública nacional e internacional os resultados finais dos estudos da SOS e INPE sobre o desmatamento da Mata Atlântica no período 85-90. Nos dez estados pesquisados (RS, SC, PR, SP, GO, MG, RJ, ES e BA) foram eliminados 536.480 ha de florestas, uma destruição proporcionalmente duas vezes e meio superior a verificada na Floresta Amazônica no mesmo período;

1993 - Conama aprova a regulamentação geral do Decreto 750, proposta pela Câmara Técnica Temporária da Mata Atlântica;

1994 - Sociedade Nordestina de Ecologia apresenta os dados de cobertura vegetal de Mata Atlântica remanescente na região Nordeste;

1994 - Conama aprova a regulamentação do artigo 6º do Decreto 750 para Paulo de Faria. É a primeira de uma série de 16 resoluções específicas estabelecendo critérios, padrões e valores mensuráveis para a aplicação do Decreto em estado inserido no Domínio da Mata Atlântica;

1994 - Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) de São Paulo aprova a regulamentação do artigo 4º do Decreto 750, iniciando o processo de finalização da regulamentação do Decreto em todo o país. =20

1995 - Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias aprova Projeto de Lei nº 3.285, de autoria do deputado Fábio Feldmann, com emenda do Deputado Wilson Branco garantindo as conquistas obtidas nos últimos anos na defesa da Mata Atlântica, inclusive com aprimoramentos em relação ao Decreto 750.

1995 - Conama reinstalada a Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica, mantendo a composição original com a maioria dos membros comprometidos com a manutenção e fortalecimento do Decreto 750.

1995 - Em outubro o PL 3.285 é interceptado em sua tramitação normal, que previa a passagem pela Comissão de Constituição e Justiça com subsequente envio ao Senado Federal, e remetido para a Comissão de Minas e Energia por interferência do deputado Paulo Bornhausen, principal articulador das alterações ao Decreto 750/93, onde se encontra paralizado até a presente data.